



6 rue Alphonse Rio - 56100 Lorient - FRANCE  
+33 297 83 11 69 - info@ccr-s.eu  
www.ccr-s.eu

## **Relatório do Comité Executivo do CC Sul 10 de novembro de 2016 - Hotel Miguel Angel - Madrid**

O Presidente Aurelio Bilbao agradeceu os Membros pela sua presença e participação.

O Secretário-Geral informou os Membros que a ordem do dia da presente reunião era bastante densa - com discussões sobre 7 projetos de pareceres, quando, em média, o CC adota uns dez por ano. Por esse motivo, esperam-se trocas de pontos de vista concisos - tendo alguns assuntos já sido tratados de forma aprofundada em reuniões anteriores. Para além disso, será também necessário levar em consideração os pontos fulcrais do calendário nos debates. Devido à proximidade do próximo Conselho de Ministros bem como à Plenária da ICCAT, devem ser encontrados acordos durante a reunião, para o CC Sul se poder expressar acerca dos assuntos que serão tratados nessa ocasião. No que respeita aos outros assuntos, os trabalhos poderão ser concluídos eletronicamente.

Em seguida, os Membros validaram o projeto de relatório da reunião anterior bem como a ordem do dia proposta.

### **Projetos de Pareceres:**

#### **\* Quadro de Medidas Técnicas:**

O projeto fundamentou-se nas conclusões do workshop técnico organizado a 19 de julho em Bordeaux, pelo que se foca na filosofia geral da proposta da Comissão e se destina, globalmente, a autorizar tomadas de decisão mais em consonância com a realidade do terreno, através da regionalização. Nesse sentido, pretende-se que todas as medidas de gestão sejam anexadas.

Os Membros pretenderam expressar as seguintes posições:

- Malhagens: De modo a não esquecer eventuais pescarias específicas, convinha deixar de mencionar as malhagens mínimas e indicar as categorias de malhagens existentes
- Objetivo de 5% de capturas abaixo do Tamanho Mínimo de Conservação: Os membros acordaram especificar que o seu acordo relativamente a este ponto estava subordinado à definição de um objetivo a alcançar a longo prazo, não devendo este ser considerado como uma medida de controlo imediatamente aplicável e à escala da saída de pesca.
- Para além disso, os Membros quiseram que todas as medidas propostas pela DG Mare excedendo as normas vigentes fossem identificadas com maior clareza.





6 rue Alphonse Rio - 56100 Lorient - FRANCE  
+33 297 83 11 69 - info@ccr-s.eu  
www.ccr-s.eu

Com base nestes inúmeros debates, foi acordado alterar o projeto de parecer, de modo a tornar mais patente a linha desejada pelo CC Sul. Este projeto será submetido com vista à sua adoção eletrónica pelos Membros.

Numa segunda fase, um documento específico sobre as disposições que excedem a norma existente também será redigido e enviado aos legisladores.

#### **\* Gestão dos escapes de espécies aquícolas; Pedido de supressão do Tamanho Mínimo do Robalo nas Ilhas Canárias:**

Foi pedido à Sr.<sup>a</sup> N. Pavon Salas para apresentar o projeto de parecer desenvolvido pelo Grupo de trabalho Subdivisão Insular. Este projeto destina-se a melhor documentar os impactos dos escapes aquícolas nas Canárias, propondo uma série de alterações regulamentares que se afiguram como necessárias para capturar os peixes que tenham fugido. Este projeto foi apresentado durante o último GT Insular, tendo sido apreciado e unanimemente validado.

Contudo, no seu estado atual, o projeto suscita vários comentários. Em primeiro lugar, a possibilidade de modificação do regulamento 850/1998 parece muito improvável, tendo as discussões sobre o seu sucessor já progredido bastante. As modificações regulamentares pretendidas poderiam ser possibilitadas através da Regionalização, em função do resultado das negociações. Por fim, um pedido de supressão do tamanho mínimo iria parecer contrário ao espírito do parecer geralmente adotado sobre o novo quadro de Medidas Técnicas.

Uns membros observaram que tal pedido seria complicado, sendo esta espécie alvo de duras negociações - pelo menos - no que respeita à zona Norte. Alguns membros também requereram precisões quanto ao futuro das capturas abaixo do tamanho mínimo, receando uma concorrência desleal. O representante da Pesca lúdica disse que os pescadores recreativos deveriam ser associados aos planos de contingência e sugeriu que se insistisse com os processos de emissão de licenças de instalação. Por fim, foi realçado que este assunto era um problema marcadamente local e que, como tal, podia não ser da competência do CC Sul.

Globalmente, as discussões foram numerosas e extensas. Concluindo, ficou acordado trabalhar posteriormente na modificação do parecer, de modo a este ter um alcance mais abrangente mas sem propor alterações regulamentares e especificar o futuro pretendido para as referidas capturas.

#### **\* Possibilidades de Pesca de 2017:**

O projeto apresentado é diretamente subsequente aos debates que tiveram lugar aquando do GT VIII + IX em Santa Cruz de Tenerife. Contudo, nem todas as argumentações são definitivas, devendo muito provavelmente serem completadas. De





6 rue Alphonse Rio · 56100 Lorient · FRANCE  
+33 297 83 11 69 · info@ccr-s.eu  
www.ccr-s.eu

mesmo modo, ainda devem ser estabelecidas as posições relativas a determinados stocks.

Os Membros acolheram de maneira bastante favorável este projeto de parecer, pelo que todas as orientações propostas foram validadas. Ficou acordado juntar elementos sobre os stocks de raias e o lagostim do Golfo da Biscaia. Foi validado um pedido de alteração da recomendação dedicada aos stocks de raias. De igual modo, a recomendação dedicada ao stock de lagostim IX será enviada posteriormente ao Secretariado, estando agora disponíveis novas informações científicas. Relativamente ao lagostim da zona VIIC, foi indicado que o objetivo mínimo seria o *roll-over*, face à abundância experimentada no mar.

Para além disso, pretendeu-se que um quadro de síntese apresentando o estado dos stocks e as possibilidades de pesca atribuídas no período recente fosse integrado ao projeto de parecer.

No prazo de uma semana, as últimas contribuições terão, por isso, que ser enviadas ao Secretariado. Passado este prazo, o projeto de parecer será submetido à validação eletrónica dos membros.

Para além disso, os Membros acordaram trabalhar em especial sobre a avaliação dos stocks de raias e respetivas medidas de gestão.

#### **\* Possibilidades de Pesca do Goraz nos Açores:**

Luis Rodriguez apresentou o projeto, recordando toda a importância deste stock para as frotas artesanais dos Açores, as quais dependem particularmente do mesmo, de um ponto de vista económico. O CIEM não pôde integrar ao seu parecer anual os resultados da campanha de investigação levada a cabo em 2016 pela universidade dos Açores - a qual reflete um forte aumento dos índices de abundância. Para além disso, o CIEM dispõe somente de dados relativamente antigos, devido à não realização de campanhas de investigação em 2014 e 2015.

O parecer proposto recomenda, por esse motivo, levar em consideração as análises científicas mais recentes, apelando também à manutenção das possibilidades de pesca relativamente a este stock, para os próximos dois anos.

O parecer proposto não foi alvo de qualquer comentário, pelo que foi validado.

#### **\* Quadro de gestão a longo prazo para o Atum Voador do Norte:**

O parecer proposto é subsequente aos longos trabalhos levados a cabo pelo CC Sul em estreita parceria com os institutos científicos.





6 rue Alphonse Rio - 56100 Lorient - FRANCE  
+33 297 83 11 69 - info@ccr-s.eu  
www.ccr-s.eu

Foram solicitados novos trabalhos científicos, pelo que a adoção de uma regra de controlo da exploração só poderá ter lugar - na melhor das hipóteses - em 2017. Por esse motivo, convém tomar posição relativamente ao nível de TAC mínimo para 2017, constituindo este uma das questões de destaque da próxima plenária da ICCAT. O parecer também recomenda o reforço dos meios atribuídos aos institutos científicos para a realização de todas as análises necessárias, insiste na vontade do CC Sul de implementar um quadro de gestão a longo prazo e salienta a importância da estabilidade das possibilidades de pesca.

Os debates incidiram essencialmente nas oportunidades de pesca para os próximos anos. De facto, o setor espanhol, sem dar valores exatos, tinha comunicado ao Secretariado a sua vontade de ver este TAC aumentado. Por sua vez, o setor francês tinha emitido uma vontade de aumento limitado.

Ambas as partes acordaram que um TAC de 32 000 Tn para 2017 seria uma boa estratégia, na pendência de novos trabalhos científicos. Esta posição foi validada pelo Comité Executivo e deverá ser confirmada com base na argumentação científica.

#### **\* Pesca recreativa:**

O projeto de parecer apresentado foi substancialmente revisto, pelo que os Membros do Comité Executivo foram, em primeiro lugar, interrogados relativamente à sua orientação e aceitabilidade.

A nova versão foi bastante bem acolhida, suscitando, no entanto, inúmeros comentários precisos, nomeadamente por parte de O. Sagué (IFSUA). Vários membros intervieram para sublinhar a importância de se reforçar o nível de conhecimentos relativo às atividades de pesca lúdica.

A questão da partilha eventual das possibilidades de pesca permanece o ponto mais crítico, tendo a alínea 4b que ser alterada para ganhar em precisão.

Durante estas intervenções, os membros partilharam, por fim, informações sobre as modalidades em torno do exercício da pesca lúdica a pé, que é, por exemplo, proibida na Galiza. Na sequência destas trocas de pontos de vista, foi proposto recomendar uma proibição temporária da pesca lúdica a pé, a fim de evitar qualquer concorrência desleal e gerir melhor os bancos.

Os Membros acordaram estabelecer um período de 15 dias para o envio dos comentários ao Secretariado - findo esse prazo, o prosseguimento dos trabalhos será definido.

#### **\* Dispositivo de armazenagem:**

A nova versão deste projeto de parecer sintetiza as 3 contribuições recebidas.



6 rue Alphonse Rio · 56100 Lorient · FRANCE  
+33 297 83 11 69 · info@ccr-s.eu  
www.ccr-s.eu

Os contribuidores hoje presentes indicaram que esta nova versão lhes parecia adequada, ressaltando contudo um problema de tradução na versão espanhola. Por conseguinte, o parecer foi validado sem qualquer alteração, ficando ainda acordado a adoção do parecer ser acompanhada de uma sensibilização junto dos Estados Membros, com vista a favorecer a sua admissibilidade junto das Instituições. Para tal, E.Paz, D. Milly, e F. Portela Rosa foram designados, dispondo estes de 15 dias para levar a bom termo esta missão.

### **Funcionamento do CC Sul**

#### **\* Ponto sobre a suspensão temporária das atividades das ONGs:**

Os Membros foram informados de todos os elementos referentes à situação de ausência temporária de participação das ONGs ambientais nos trabalhos do CC Sul.

Como amplamente difundido, as ONGs comunicaram ao Comissário Europeu, no final de setembro, desejarem pôr um termo ao seu envolvimento, com base na decisão da Assembleia Geral do CC Sul. Nessa missiva, as ONGs pediram à Comissão Europeia para esta encontrar uma solução, a fim de garantir, a seu ver, uma representatividade equitativa de todas as partes envolvidas interessadas na gestão das pescarias. A referida missiva também foi enviada a todos os Ministros encarregados da Pesca no território do CC Sul.

Em finais de setembro, o Sr. Aguiar-Machado reuniu informalmente com as ONGs, numa vontade de apaziguamento, mas não foram identificadas novas soluções, cabendo estas ao Comissário Europeu.

Desde então, nenhuma nova informação foi comunicada de maneira oficial. A Comissão Europeia contactou o Presidente do CC Sul para debaterem este assunto. Durante a reunião telefónica, foi claramente indicado que o CC Sul 1/tinha sempre observado as orientações e elementos metodológicos propostos pela Comissão, 2/era o primeiro afetado pela situação e 3/estava ativamente em busca de soluções, ainda que estas tivessem, em primeiro lugar, de provir da Comissão.

Uma reunião Inter-CCs está agendada para dia 5 de dezembro, com vista, designadamente e, em teoria, a debater a situação e avaliar as consequências de novas eventuais propostas. Uma proposta de reunião foi notificada à Comissão pela Presidência do CC Sul, para trabalhar sobre o assunto antes da reunião inter-CCs, mas, até à data, não foi obtida resposta.

Resumindo, o CC Sul aguarda qualquer decisão que seja tomada relativamente a este assunto, para analisar, dado o caso, eventuais novas propostas nas suas plataformas de trabalho dedicadas.





6 rue Alphonse Rio · 56100 Lorient · FRANCE  
+33 297 83 11 69 · info@ccr-s.eu  
www.ccr-s.eu

Para além disso, F. Portela-Rosa indicou ter transmitido ao seu Ministro todos os elementos de compreensão relacionados com a situação atual do CC Sul e perguntou se os representantes das outras «Grandes Famílias» do CC tinham agido da mesma forma.

Os Membros convieram não aprofundar mais o assunto no presente dia, disponibilizando-se para analisar qualquer nova proposta.

### **\* Aumento eventual do número de assentos no Comité Executivo**

O Secretário-geral recordou que a inscrição deste ponto na ordem do dia da reunião se devia ao compromisso a que se tinha chegado na última Assembleia Geral.

De um ponto de vista regulamentar, a possibilidade de designar até 30 membros é autorizada após consulta da DG Mare, a fim de garantir a representação adequada da pesca artesanal. Esta oportunidade já foi avaliada pelo Comité Executivo, tendo-a este, na altura, rejeitado, com base em dados financeiros. Os condicionalismos financeiros alteraram-se, pelo que convinha reconsiderar o assunto, fundamentando-se somente na representatividade das diferentes partes envolvidas no CC Sul e velando no sentido de destabilizar o menos possível a sua atual organização - à qual foi difícil chegar.

Os debates acerca deste ponto foram bastante intensos, incidindo principalmente sobre o futuro dos eventuais novos assentos disponíveis e a finalidade da concretização de tal oportunidade. Vários Membros consideraram esta opção perigosa, pois esta seria a prova que o atual Comité Executivo não representa o suficiente a pesca artesanal. Esta perspetiva foi achada ainda mais insensata por provir - em grande parte - de uma candidatura (ACPA) que deixará de fazer sentido com as criações, em breve, dos CCs Mercados e RUP.

Por conseguinte, os Membros voltaram a afirmar não quererem concretizar esta possibilidade - Os Membros da Assembleia Geral ficarão informados.

### **\* Revisão dos Estatutos:**

O Secretariado do CC Sul informou que tinha sido confirmado que, presentemente, qualquer modificação dos estatutos teria de ser validada com uma maioria dos 2/3 de todas as organizações-membros do CC Sul. Como o mostrou a situação neste verão em Bordeaux, um determinado nível de absentismo pode obstar de modo indeterminado a qualquer revisão, apesar de obtido o consentimento de todas as partes.

Por esse motivo, o processo de reformulação dos Estatutos deveria ser organizado em duas etapas, modificando-se, em primeiro lugar, a regra da maioria aquando de uma Assembleia Geral específica, antes de se proceder à renovação formal durante a Assembleia Geral estival do CC Sul, de acordo com o calendário tradicional. A nova regra





6 rue Alphonse Rio - 56100 Lorient - FRANCE  
+33 297 83 11 69 - info@ccr-s.eu  
www.ccr-s.eu

da maioria proposta poderia assumir a forma de uma maioria dos 2/3 dos membros presentes e representados. Durante as discussões, foi ainda proposto que os votantes representassem 50% de todas as estruturas-membros.

Obviamente, esta primeira decisão terá de ser validada com a atual regra da maioria, mas, face à importância das questões em apreço, prevê-se que não levantará qualquer problema.

Os Membros acordaram que a atual regra da maioria já não estava adaptada, pelo facto de o CC Sul contar agora com uma centena de Membros.

Os Membros validaram esta proposta, que incluía ainda a realização na próxima primavera de uma reunião específica, destinada à procura de um acordo sobre os últimos pontos polémicos.

#### **\* Calendário das próximas reuniões**

Foi proposto aos Membros que Secretariado, Presidência e Presidentes dos Grupos de Trabalho avaliassem o orçamento remanescente disponível para o final deste exercício, a fim de organizar novas reuniões em finais de janeiro. O formato e a organização destas reuniões dependerão, em primeiro lugar, das margens de manobra financeiras, mas, *a priori*, seria uma boa opção organizar um workshop técnico, à semelhança do ano passado em Madrid, focando-se nos principais assuntos comunitários (possibilidades de pesca, Obrigação de desembarque...). Esta proposta foi validada.

Devido à localização das reuniões organizadas este ano, foi indicado que o Secretariado procurará, durante o próximo exercício, organizar os próximos grupos de trabalho em França e Portugal, pelo que contará com o apoio dos Membros. Para além disso, todos os Membros foram convidados a comunicar ao Secretariado locais de reuniões, no caso de existirem possibilidades de financiamento.

O Sector francês indicou que lhe seria difícil conseguir tomar posição na próxima primavera, tendo em conta as eleições profissionais.

Foi ainda proposto tentar organizar reuniões em Bruxelas, de modo a facilitar a presença de representantes da DG Mare.

#### **Questões diversas:**

- F. Portela Rosa indicou que um acordo tinha sido celebrado há pouco entre as indústrias portuguesas e espanholas, no respeitante à gestão do tubarão-azul. Para esta espécie, parece preferível estabelecer uma limitação anual de capturas em vez de um Tac. Esta proposta será, por conseguinte, transmitida a Enrique Paz, que representará o CC Sul na próxima plenária da ICCAT.





6 rue Alphonse Rio - 56100 Lorient - FRANCE

+33 297 83 11 69 • info@ccr-s.eu

www.ccr-s.eu

- Para além disso, F. Portela Rosa expressou uma posição de precaução relativamente ao nível de possibilidades de pesca do Tubarão-tigre.

